



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS JOÃO PESSOA
DIRETORIA DE ENSINO SUPERIOR
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO E NEGÓCIOS
CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

GLADSON DA SILVA DE SOUZA

**DESISTIR NÃO É OPÇÃO: UMA PROPOSTA PARA IDENTIFICAR A
RETENÇÃO NO CSBA DO IFPB, CAMPUS JOÃO PESSOA**

**João Pessoa
2025**

GLADSON DA SILVA DE SOUZA

**DESISTIR NÃO É OPÇÃO: UMA PROPOSTA PARA IDENTIFICAR A RETENÇÃO
NO CSBA DO IFPB, CAMPUS JOÃO PESSOA**



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), curso Superior de Bacharelado em Administração, como requisito institucional para a obtenção do Grau de Bacharel(a) em **ADMINISTRAÇÃO**.

Orientadora: Prof.^a Dra. Patricia Soares de Araujo Carvalho

**JOÃO PESSOA
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Nilo Peçanha do IFPB, *Campus* João Pessoa

S729d Souza, Gladson da Silva de.

Desistir não é opção: uma proposta para identificar a retenção no CSBA do IFPB, *campus* João Pessoa / Gladson da Silva de Souza. – 2025.

50 f. : il.

TCC (Graduação – Bacharelado em Administração) – Instituto Federal de Educação da Paraíba / Unidade Acadêmica de Gestão e Negócios, 2025.

Orientação: Prof^a. Dra. Patrícia Soares de Araújo Carvalho.

1. Retenção escolar. 2. Ensino superior. 3. Permanência estudantil. 4. Administração. 5. Políticas públicas de educação. I. Título.

CDU 37.015.3:378(043)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Gladson da Silva de Souza

Matrícula 20131460727

**DESISTIR NÃO É OPÇÃO: UMA PROPOSTA PARA IDENTIFICAR A RETENÇÃO NO CSBA DO IFPB,
CAMPUS JOÃO PESSOA**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado em **06/08/2025** no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Curso Superior de Bacharelado em Administração, como requisito institucional para a obtenção do Grau de Bacharel(a) em **ADMINISTRAÇÃO**.

Resultado: APROVADO

João Pessoa, 07 de agosto de 2025.

BANCA EXAMINADORA:

(assinaturas eletrônicas via SUAP)

Patricia Soares de Araújo Carvalho (IFPB)

Orientador(a)

Karoline Fernandes Siqueira Campos (IFPB)

Examinador(a) interno(a)

Andreia Cavalcanti de Oliveira (IFPB)

Examinador(a) interno(a)

Documento assinado eletronicamente por:

- **Patricia Soares de Araújo Carvalho, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 07/08/2025 10:05:20.
- **Andreia Cavalcanti de Oliveira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 07/08/2025 12:18:47.
- **Karoline Fernandes Siqueira Campos, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 07/08/2025 15:10:38.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 07/08/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código: 745586
Verificador: d42d7e74bd
Código de Autenticação:



RESUMO

A evasão e a retenção de estudantes configuram desafios persistentes no ensino superior brasileiro, afetando a eficiência, a equidade e a função social das instituições. Este trabalho teve como objetivo elaborar um questionário estruturado capaz de identificar os principais fatores individuais, institucionais e externos que contribuem para a retenção de estudantes no Curso Superior de Bacharelado em Administração do Instituto Federal da Paraíba, Campus João Pessoa. A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva, com abordagem bibliográfica e documental, visando subsidiar a formulação de estratégias de permanência e êxito estudantil. O instrumento desenvolvido foi estruturado em três blocos de questões: informações socioeconômicas, motivações para a escolha do curso e do IFPB, e fatores relacionados à retenção, incluindo aspectos pedagógicos, institucionais e pessoais. Espera-se que, no futuro, a aplicação do questionário possa apoiar políticas de permanência e contribuir para o fortalecimento da qualidade do ensino superior público.

Palavras-chave: *retenção escolar; ensino superior; permanência estudantil; administração.*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	11
2.2	ENSINO SUPERIOR NO IFPB: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO.....	12
2.3	EVASÃO E RETENÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	14
2.3.1	Retenção no ensino superior.....	15
3	METODOLOGIA DA PESQUISA	18
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	18
3.2	ETAPAS DA PESQUISA	19
4	RESULTADOS	20
4.1	ETAPAS DA PESQUISA	20
4.2	INFORMAÇÕES SOBRE A ESCOLHA PELO CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO DO IFPB, CAMPUS JOÃO PESSOA.....	22
4.3	INFORMAÇÕES SOBRE OS POSSÍVEIS MOTIVOS PELOS QUAIS OS DISCENTES FICAM RETIDOS (“REPROVADOS”) EM ALGUMA DISCIPLINA DO CSBA DO IFPB	23
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28
	APÊNDICE - QUESTIONÁRIO	33

1 INTRODUÇÃO

No contexto das Instituições de Ensino brasileiras, a expansão do ensino superior tem sido acompanhada por desafios significativos, entre os quais se destacam a evasão e a retenção de estudantes. Esses fenômenos comprometem a eficiência dos cursos de graduação e geram prejuízos sociais e institucionais, visto que afetam diretamente o índice de sucesso acadêmico e o aproveitamento dos recursos públicos destinados à formação profissional. Além de comprometer as trajetórias educacionais individuais, a permanência prolongada dos estudantes sem conclusão do curso prejudica a produtividade institucional e retarda a disponibilidade de mão de obra qualificada para o mundo de trabalho, repercutindo também no desenvolvimento social e econômico do país.

Diante disso, as políticas públicas educacionais passam a desempenhar um papel essencial na construção de estratégias voltadas à melhoria da permanência e êxito estudantil. Essas políticas devem contemplar tanto ações preventivas quanto corretivas, incluindo a identificação precoce de fatores de risco para evasão e retenção, a elaboração de mecanismos de apoio pedagógico e psicossocial, além de garantir infraestrutura e metodologias de ensino adequadas ao perfil dos estudantes.

A retenção de estudantes no ensino superior público configura-se como desafios persistentes no contexto educacional brasileiro, afetando diretamente a eficiência, a equidade e a função social das instituições de ensino. Essa preocupação está inserida no radar da gestão acadêmica do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Campus João Pessoa, em especial no Curso Superior de Bacharelado em Administração (CSBA).

O CSBA, do IFPB, na modalidade presencial, é promovido pela Unidade Acadêmica de Gestão e Negócios, Campus João Pessoa. A proposta de implementação do CSBA foi aprovada em 21/10/2005, por meio da Resolução nº 025, do Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, a qual autorizou o início do Curso para o segundo semestre de 2006. Em 19 de julho de 2010, a Resolução nº 54 do Conselho Diretor do IFPB complementou a Resolução nº 025, autorizando a oferta do Curso com oitenta vagas, em período integral. O curso foi reconhecido pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, em 20 de julho de 2011. A partir do semestre letivo 2012.2, passou a ofertar 160 vagas anuais (80 no turno da manhã e 80 no turno da noite).

De acordo com o Projeto Político Pedagógico do Curso (IFPB, 2010), a integralização do CSBA deve ocorrer, no prazo mínimo de 04 (quatro) e máximo de 06 (seis) anos letivos.

Assim, considera-se que o tempo esperado de permanência do aluno no curso, seja de quatro anos, excedendo este intervalo de tempo, o estudante possui características de retenção.

De acordo com a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), em 2024 o CSBA do IFPB, campus João Pessoa, teve um Índice de Eficiência Acadêmica (IEA)¹ de 41%, destes, apenas 39% concluíram, ou seja, 61% evadiu ou ficou retido no ciclo.

Neste contexto, o presente trabalho tem como problema o seguinte questionamento: de que forma um questionário estruturado pode auxiliar na identificação e no monitoramento dos fatores que estão contribuindo para a retenção escolar no CSBA do IFPB, Campus João Pessoa?

Diante dessa problematização, foi traçado o seguinte objetivo geral: Elaborar um questionário estruturado capaz de identificar os principais fatores individuais, institucionais e externos que contribuem para a retenção de estudantes no CSBA do IFPB, Campus João Pessoa, subsidiando a formulação de estratégias de permanência e êxito estudantil. Para realização do objetivo geral foram traçados os objetivos específicos, a saber:

- Analisar o contexto histórico e conceitual das políticas públicas de educação no Brasil;
- Levantar na literatura especializada os fatores associados à retenção no ensino superior público brasileiro;
- Elaborar um questionário estruturado que contemple os fatores socioeconômicos, motivacionais, pedagógicos e estruturais que podem impactar a retenção dos estudantes do CSBA do IFPB, Campus João Pessoa.

Dessa forma, torna-se indispensável investigar, de maneira sistemática, os fatores associados à retenção no referido curso, de modo a subsidiar ações concretas que fortaleçam a qualidade da formação acadêmica e minimizem os índices de atraso na integralização curricular. A presente pesquisa justifica-se pela relevância social e acadêmica de contribuir para o fortalecimento das políticas de permanência e êxito estudantil em dos cursos superiores ofertado pelo IFPB, promovendo maior equidade no acesso, na trajetória e na conclusão do ensino superior, além de colaborar com a missão institucional de formar cidadãos qualificados e comprometidos com o desenvolvimento regional.

¹ Índice de Eficiência Acadêmica mede o percentual de alunos que concluíram o curso com êxito dentro do período previsto (+ 1 ano), acrescido de um percentual (projeção) dos alunos retidos no ano de referência que poderão concluir o curso.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No contexto teórico, a escassez de recursos configura-se como um problema econômico fundamental, exigindo que empresas, instituições, governos e a sociedade em geral utilizem tais recursos de maneira eficiente e inteligente, de forma a atender às necessidades essenciais. Nos países em desenvolvimento, que tradicionalmente contam com menos recursos disponíveis, buscam-se políticas públicas que possibilitem atender ao maior número de pessoas, contemplando necessidades primárias (como alimentação, habitação, saúde e educação) e secundárias (transporte, segurança social, previdência social, cultura, lazer, entre outras).

Apesar do reconhecimento da relevância das políticas públicas, sobretudo para países em desenvolvimento como o Brasil, torna-se importante compreender previamente o conceito de sociedade. Rua (2009, p. 14) define sociedade como um agrupamento de indivíduos que interagem entre si, detendo interesses comuns: “sociedade é um conjunto de indivíduos, dotados de interesses e recursos de poder diferenciados, que interagem continuamente a fim de satisfazer às suas necessidades”.

Segundo Matias-Pereira (2016, p.38), inspirado em Émile Durkheim, a diferenciação social é a característica mais marcante das sociedades modernas e complexas, dentre essas diferenças, estão as individuais que repercutem conflitos, que podem ser de opinião, de valores, de interesses. A diferenciação decorre do perfil único e multidimensional de cada ser humano, como sexo, cor, idade, religião, estado civil, nível de renda, profissão, nível de escolaridade, origem, bem como valores morais e éticos, aspirações e ideias específicas, além de desempenhar funções diferentes ao longo da vida. Neste caso, o papel do Estado seria uma força vital na manutenção da ordem social, atuando como mediador do conflito, através da criação e aplicação de leis e da promoção da justiça.

De acordo com Rua (2009), o interesse é a importância dada a algo, vantajoso ou útil, moral, social ou materialmente, e esses interesses resultam nas necessidades materiais ou ideais. Essa autora ainda contextualiza que as diferenças entre os indivíduos fazem com que a vida em sociedade tenha uma complexidade e potencialize múltiplas possibilidades de cooperação, competição e conflito; ela salienta principalmente o conflito, que é quando a competição começa a gerar uma tensão social, ou seja, um choque para o acesso e a distribuição de recursos escassos; e que administrar esse conflito utiliza-se de dois meios que são a coerção e a política.

Para Schmitter (1979, apud Rua, 2009), “a função da política é a de resolver conflitos entre indivíduos e grupos, sem que este conflito destrua um dos partidos em conflito”. Talvez, a resolução não seja a melhor expressão porque implica (falsamente) em que a atividade política

ponha fim ao conflito. Ao contrário, existem conflitos permanentes dentro de qualquer sociedade que a política não consegue extinguir, embora a sociedade sem conflito seja um antigo sonho de muitos filósofos políticos. A política pode simplesmente “desarmar” o conflito, canalizá-lo, transformá-lo em formas não destrutivas para os partidos e a coletividade em geral”.

Para Dias (2017, p. 106), as políticas públicas representam a ação do Estado voltada ao atendimento de interesses gerais da população, consistindo na gestão de demandas coletivas por meio de metodologias que identifiquem prioridades e racionalizem investimentos, buscando alcançar metas e objetivos previamente definidos. No âmbito da equidade, as políticas públicas buscam reduzir desigualdades, promover o desenvolvimento econômico e incentivar a inclusão social, por exemplo, por meio de programas como o Bolsa Família ou as cotas para acesso ao ensino superior.

Conforme Rua (2009, p.19), por mais óbvio que seja, as políticas públicas, são públicas, sua dimensão é dada pelo seu cunho social de grandes ou pequenos grupos no qual ela incide, tendo como característica sua imperatividade, ou seja, o seu caráter jurídico do que diz respeito da autoridade do poder público e de sua soberania de decisões e ações.

Souza (2006, p. 23) resume política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. As políticas públicas são regidas como as instituições, ou seja, as mesmas, tem regras e modelos que regem uma decisão, elaboração, implementação e avaliação.

Para Wildavsky (1980, p.15), *apud* Souza (2006) a análise de política pública é uma empreitada multidisciplinar que visa interpretar as causas e consequências da ação do governo. E que o papel do governo é encontrar problemas onde as soluções podem ser tentadas, ou seja, “o analista deve ser capaz de redefinir problemas de uma forma que torne possível alguma melhoria”; portanto a análise de Política está preocupada tanto com o planejamento, quanto com a política.

Diante do exposto, observa-se que diversas áreas sociais carecem de políticas públicas consistentes, entre elas a educação, objeto central deste Trabalho de Conclusão de Curso.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O século XXI iniciou-se com novas definições de políticas educacionais que cria e recria cotidianamente uma prática em que estão em jogo concepções e valores no contexto das exigências do mercado.

No Brasil, historicamente coexistem dois modelos de escola: de um lado, a escola privada, que se propõe a preparar o aluno para o sucesso; de outro, a escola pública, muitas vezes marcada pela precariedade, e que atribui ao aluno a responsabilidade pelo fracasso escolar (ALVES E COBRA, 2013).

Medeiros (1986, p. 61), estudando sobre a questão do fracasso escolar, aponta que o fracasso funciona como “profecia” social, ao analisar o contexto ao qual a população mais carente da sociedade brasileira está exposta: “A escola não perde seus alunos só porque eles precisam trabalhar, mas também porque existe uma distância enorme entre ela e a vida que os meninos levam”.

Segundo Teixeira (1976), na década de 1930, o sistema educacional brasileiro era marcado por forte divisão social: o ensino primário gratuito e limitado, o secundário pago e sem perspectivas de ascensão social, e o ensino superior gratuito, mas inacessível para a maioria da população. Bello (2001) destaca que, nesse período, o Brasil ingressou de forma mais ampla no capitalismo, exigindo qualificação de mão de obra e investimentos educacionais, contexto que motivou a criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930.

Durante o governo Vargas, surgiram importantes movimentos educacionais, como o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e a criação de universidades (USP em 1934 e UDF em 1935), além de reformas educacionais como a de Francisco Campos (BELLO, 2001).

A Constituição de 1934 incluiu um capítulo sobre educação e cultura. Já a Carta de 1937, em meio ao Estado Novo, reafirmou a responsabilidade da União sobre as diretrizes educacionais, destinando a educação pública aos que não podiam arcar com o ensino privado (VIEIRA; FARIAS, 2011).

No início da década de 1940, a Reforma Gustavo Capanema reforçou a distinção entre ensino secundário (para as elites) e profissional (para as massas), criando leis orgânicas para diferentes áreas e instituindo órgãos como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

No ano de 1953 a educação passa a ser administrada por um Ministério próprio: o Ministério da Educação e Cultura (MEC). Em 1962 é criado o Conselho Federal de Educação, que substitui o Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação e, ainda

em 1962 é criado o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização, pelo MEC, inspirado no Método Paulo Freire.

Durante os governos militares, várias leis direcionadas à educação são propostas, como a Lei 5540/68, que discorria sobre universidades e ensino médio, bem como a 5692/71, Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. As ações deste período visavam conter a demanda pelo ensino superior e promover a profissionalização do ensino médio. Assim, as contradições presentes no mundo das ideias, oficialmente aceitas nesta época, e a maneira como conviveram na constituição do pensamento educacional, se refletem décadas seguintes, até a atualidade (VIEIRA e FARIAS, 2011).

Já entre 1995 e 2010, observaram-se processos de ampliação do ensino superior, inclusive com forte presença do setor privado, atendendo a demandas mercadológicas (POCHMANN, 2008). Ainda nesse período, políticas como o FIES e o PROUNI foram implementadas para facilitar o acesso ao ensino superior.

O crescimento das universidades públicas e privadas, os processos de privatização, financeirização e internacionalização do ensino superior evidenciam movimentos de acomodação do capitalismo brasileiro e desafios relacionados à qualidade, equidade e permanência estudantil (MANCIBO, VALE, e MARTINS, 2015). Nesse contexto, compreende-se que discutir políticas públicas na educação implica pensar a expansão, mas também enfrentar desafios como retenção e evasão de estudantes nos cursos superiores.

2.2 ENSINO SUPERIOR NO IFPB: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO

A trajetória institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) teve início com a Escola de Aprendizes Artífices, passando pela Escola Técnica Federal da Paraíba e posteriormente pelo Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB), até chegar à configuração atual.

A instituição foi criada a partir da Escola de Aprendizes Artífices, instituída pelo Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo então presidente Nilo Peçanha (BRASIL, 1909). Inicialmente, funcionou na capital paraibana, no Quartel do Batalhão da Polícia Militar, até 1929, quando foi transferida para um prédio na Avenida João da Mata, no bairro Jaguaribe. Em 1937 a instituição transformou-se em Liceu Industrial, voltado ao ensino profissional em diferentes ramos.

Em 1942, passou a denominar-se Escola Industrial de João Pessoa, oferecendo cursos industriais e de mestria (BRASIL, 1942). Posteriormente, em 1959, com o Decreto nº 47.038, tornou-se Escola Industrial Coriolano de Medeiros. Em 1961, com a promulgação da Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/1961), o ensino profissional foi equiparado ao ensino acadêmico. No ano seguinte, foram instaladas as Oficinas de Artes Industriais e Eletricidade, marcando avanços na formação técnica (IFPB, 2014).

Entre 1965 e 1966, a instituição também ficou conhecida como Escola Industrial Federal da Paraíba, denominação que perdurou até sua transformação em Escola Técnica Federal da Paraíba (ETFPB), em 1967. Posteriormente, por força da Lei nº 8.948/1994 e de decretos específicos, transformou-se, em 1999, no Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB), integrando-se ao Sistema Nacional de Educação Tecnológica instituído no país (IFPB, 2014).

A partir de 1998, novas diretrizes curriculares para a educação profissional definiram áreas como Gestão e Negócios, o que levou a instituição a reorganizar sua estrutura de ensino por áreas (IFPB, 2011).

Em 2007, no contexto do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Decreto nº 6.095/2007, o governo federal estabeleceu as diretrizes para a integração de instituições federais de educação tecnológica, originando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2007). Assim, o IFPB passou a desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão em nível superior (bacharelado, licenciatura e tecnologia), bem como na educação profissional técnica de nível médio (cursos integrados e subsequentes), em diferentes turnos, incluindo a modalidade de Educação a Distância (EaD/UAB), além de projetos de extensão como o Qualifica + e Eventos com o PROEJA.

No Campus João Pessoa, o Curso de Bacharelado em Administração foi implantado a partir de uma reunião da Gerência Educacional do Ensino Superior em 21 de outubro de 2005, sendo aprovado após amplo debate com a comunidade acadêmica. O curso iniciou suas atividades no segundo semestre letivo de 2006, com a oferta de 40 vagas (PONTES, 2016).

Entre 2011 e 2012, a Unidade Acadêmica de Gestão (UAG) identificou um aumento na evasão de estudantes do Curso de Administração. Conforme Pontes (2016), a principal causa estava relacionada à dificuldade de obtenção de estágio — especialmente o não obrigatório — previsto no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) como pré-requisito para a conclusão do curso. Essa dificuldade decorria do fato de o curso ser ofertado em período integral, inviabilizando a inserção dos alunos no mercado de trabalho, fator que motivava a migração para outras instituições, como faculdades particulares ou a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Para atender a essa demanda, a UAG, juntamente com a coordenação do curso, elaborou um projeto de reestruturação, criando uma turma no turno noturno (com aulas predominantemente após as 18h) e transformando o curso integral em matutino (com aulas até as 12h20). Assim, a

partir da Resolução CS/IFPB nº 39, de 29 de março de 2012, o curso passou a ofertar 40 vagas no turno matutino e 40 vagas no noturno, a partir do segundo semestre letivo de 2012, ampliando oportunidades de acesso e permanência estudantil.

2.3 EVASÃO E RETENÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

No ensino superior brasileiro, observa-se um crescimento expressivo na oferta de vagas nos últimos anos. Contudo, constata-se também o aumento do abandono parcial ou total dos cursos por parte dos estudantes (INEP, 2013). Nas Instituições de Ensino Superior (IES), fenômenos como a retenção e a evasão diferenciam-se principalmente pelo aspecto temporal. A retenção ocorre quando o discente posterga sua formação, atrasando a conclusão do curso, enquanto a evasão caracteriza-se pelo abandono parcial (por exemplo, o trancamento de matrícula) ou definitivo do curso de graduação.

Os custos decorrentes do abandono ou atraso na graduação são amplos, diversificados e complexos. “Em todas as instituições de educação superior, públicas ou privadas, as perdas educacionais e sociais somam-se às de natureza orçamentária, refletindo-se na oferta e na qualidade da educação” (FIALHO; PRESTES, 2018). Quando esses fenômenos ocorrem em instituições públicas, tornam-se ainda mais problemáticos, pois o estudante que realiza matrícula apenas para garantir o vínculo acadêmico onera os cofres públicos sem oferecer o retorno esperado à sociedade.

As previsões orçamentárias das instituições públicas consideram, entre outros parâmetros, o número de alunos ativos na instituição. Nesse contexto, a evasão impacta diretamente os recursos públicos, pois o orçamento é planejado para um contingente estudantil que, de fato, não estará ativo. Já a retenção implica a necessidade de repasses financeiros adicionais, uma vez que a instituição precisa manter toda a estrutura física, tecnológica e de recursos humanos para atender um conjunto de discentes que permanecerá além do tempo regular de integralização do curso.

A evasão e a retenção refletem disfunções institucionais e/ou pessoais no processo de formação acadêmica. Do ponto de vista institucional, tais fenômenos comprometem o papel social das IES, que consiste essencialmente na formação de profissionais qualificados (ALENCAR, 2014). Além disso, evasão e retenção são indicadores importantes da qualidade e da efetividade das políticas e métodos de ensino implementados pelas IES. Por serem fenômenos complexos, torna-se fundamental sua identificação e caracterização para o aprimoramento do ensino superior. Dessa forma, as ações corretivas devem estar embasadas

em uma análise abrangente do problema do abandono ou atraso nos cursos, permitindo a criação de medidas educacionais efetivas de combate a esses processos.

Vincent Tinto foi um dos primeiros estudiosos a se debruçar sobre a questão do abandono no ensino superior. Seu modelo teórico se baliza na teoria de suicídio de Durkheim (1858–1917) e explicam o fenômeno da evasão como resultado de uma integração acadêmico-social insuficiente, o que significa que há um desajuste entre o indivíduo e a instituição (PRESTES e FIALHO, 2018).

Além disso, Tinto destaca que a integração acadêmica e social constitui fator-chave para a permanência do aluno no ensino superior, ressaltando também a importância do esforço pessoal e da relação entre instituição e discente. Segundo o autor, o nível de envolvimento do aluno nas atividades acadêmicas está diretamente relacionado ao grau de dedicação conferido ao processo de ensino-aprendizagem.

No Brasil, as primeiras discussões sistemáticas acerca da evasão no ensino superior ocorreram na Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, em 1996. Esse estudo, promovido pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto (SESu/MEC), conceituou a evasão como “a saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo” (BRASIL, 1996, p. 15). A Comissão classificou a evasão em três categorias:

- Evasão de curso: desligamento do curso de origem, por abandono, desistência, transferência ou reopção.
- Evasão da instituição: desligamento do estudante da instituição na qual estava matriculado.
- Evasão do sistema: abandono do ensino superior de forma definitiva ou temporária (BRASIL, 1996, p. 16).

Algumas instituições, como a Universidade Federal de Sergipe (UFS), desenvolvem programas de combate à evasão, com iniciativas de assistência estudantil (bolsas de alimentação, transporte, residência, entre outras) e editais periódicos para preenchimento de vagas ociosas, atraindo diplomados, transferidos de outras instituições e ex-alunos (UFS/COGEPLAN, 2015).

2.3.1 Retenção no ensino superior

A retenção é um problema que provoca um tempo estendido dos discentes para a conclusão do curso, o que implica o índice de êxito do curso, que causa ociosidade nos recursos intelectuais e materiais e pode acarretar a evasão do aluno (PEREIRA, 2013). Para Vasconcelos

e Silva (2011, p. 3), a retenção pode ser “traduzida como a condição de um aluno, após um número máximo de anos e/ou período manter-se ainda, matriculado em um curso em um tempo maior do que o planejado pelo currículo de determinada instituição”.

Desse modo, a permanência do estudante no curso por um tempo prolongado pode ser considerada como uma das dificuldades no processo de transmissão do conhecimento, em vários aspectos, tanto para o estudante como para a instituição e principalmente para a sociedade. Para o aluno causa danos no processo de ensino, na vida particular, profissional como também financeira. Para a instituição pode prejudicar a eficiência e produtividade, enfim, para a sociedade, a consequência é tardar a oferta de profissionais capacitados para o mercado de trabalho.

Polydoro (2000) estudou a relação de trancamento de matrícula dos cursos da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e com base nas entrevistas e análises dos dados verificou-se que mais de 90% dos alunos que trancaram a matrícula do curso, mas apontaram desejo de voltar ao curso para a conclusão do mesmo, apenas 10% deles realmente retornaram.

Para Adachi (2009), a dificuldade na adaptação ao curso e à instituição, a falta de transparência perante as perspectivas em sua formação profissional, a baixa atratividade profissional, a inadequação curricular, a metodologia didático-pedagógica, entre outras situações, resultam a responsabilidade da instituição em relação ao processo de desligamento ou retenção de alguns estudantes.

Além desses, outros fatores podem contribuir para a decisão dos discentes na permanência no curso por mais tempo, como são os casos de motivos pessoais, tal como, doenças, gravidez, não adaptação ao curso, falta de disponibilidade de horário, pois muitos dos estudantes trabalham ou até mesmo conflitos com o corpo docente.

Medeiros et al (2013), em um estudo sobre retenção no curso de administração da Universidade Federal da Paraíba, observou que na visão dos alunos retidos as razões que ocasionaram a não conclusão do curso no período determinado foram a reprovações em disciplinas, choque de horários, o TCC, falta de tempo e emprego.

Oliveira (2016), investigando a retenção no IFNMG, apontou que as causas que podem levar a retenção, não é determinada por fatores específicos, mas por inúmeras questões relacionada a aspectos individuais e institucionais.

Braga et al (2018), analisaram os fatores de influência na retenção discente, com vistas à geração de indicadores para a gestão de cursos de Ciências Contábeis. Para este estudo os fatores considerados são derivados de Cabrera, Nora e Castañeda (1992) e abrangem fatores

cognitivos, comportamentais e externos à instituição. Os resultados evidenciaram maior importância dos fatores “encorajamento de pessoas próximas” e “desenvolvimento acadêmico e intelectual” na explicação da retenção discente.

A problemática envolvendo a evasão e a retenção escolar no Brasil foi debatida no Ministério da Educação (MEC). Em 2013, com a publicação da Portaria SETEC nº 39, foi criado um grupo de trabalho (GT) para examinar as causas da evasão e retenção escolar e apontar possíveis soluções para o problema (BRASIL, 2013). O resultado do trabalho deste Grupo de Trabalho culminou com a elaboração do “Documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica”. Neste documento é possível visualizar, entre outras temáticas, causa para a evasão e a retenção escolar e ações de intervenção.

De modo a categorizar as causas da evasão e da retenção para o plano estratégico de intervenção e monitoramento, e tendo por referência a classificação proposta em Brasil (1996), organizam-se os seguintes fatores ou categorias motivadores da evasão e da retenção, adaptados às especificidades da contemporaneidade e das próprias instituições de ensino da Rede Federal: a) fatores individuais; b) fatores internos às instituições; e c) fatores externos às instituições (BRASIL, 2014).

Em linhas gerais, as categorias motivadoras da evasão e da retenção presentes no Documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica mostram que os fatores individuais estão relacionados às peculiaridades do estudante; os fatores internos estão relacionados às instituições; já os fatores externos às instituições relacionam-se às dificuldades financeiras e às questões inerentes à futura profissão (BRASIL, 2014).

A partir da consulta à literatura sobre a retenção nos Cursos Superiores e ao documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica (BRASIL, 2014), observa-se que não existe uma homogeneidade entre as motivações que levam os estudantes a estarem retidos nos cursos matriculados; em algumas situações, não existe apenas uma razão, mas um acúmulo de motivos.

O entendimento sobre a retenção, *in loco*, correlacionando os resultados diagnosticados com a literatura especializada, constitui-se em mais um motivo da importância de estudos que buscam conhecer as principais motivações que levam os estudantes a ficarem retidos no curso.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente capítulo tem o propósito de apresentar os procedimentos metodológicos que serão utilizados no TCC – Trabalho de Conclusão do Curso, onde compreende-se a tipologia e as etapas da pesquisa.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Segundo Gil (2002, p.17), pesquisa científica é definida “como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”, ou seja, para qualquer tipo de pesquisa científica se faz necessário a exposição dos “caminhos” (procedimentos) que foram utilizados para se chegar a um determinado fim (Resultado).

Ainda de acordo com Gil (2002), a pesquisa pode ser classificada quanto aos objetivos gerais e aos procedimentos técnicos. De acordo com os objetivos, a pesquisa pode ser classificada em: exploratórias, descritivas e explicativas. Esta classificação é importante para o estabelecimento do marco teórico da pesquisa. Se a pesquisa busca um estudo empírico, ou seja, um estudo que confronta a visão teórica com os dados da realidade, é necessário que seu desenvolvimento tenha um delineamento com ênfase nos procedimentos técnicos que considere a coleta e análise dos dados. Neste sentido, o delineamento pode ser definido em dois grandes grupos:

... aqueles que se valem das chamadas fontes de "papel" e aqueles cujos dados são fornecidos por pessoas. No primeiro grupo, estão a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. No segundo, estão a pesquisa experimental, a pesquisa ex-postfacto, o levantamento e o estudo de caso. Neste último grupo, ainda que gerando certa controvérsia, podem ser incluídas também a pesquisa-ação e a pesquisa participante (Gil, 2002, p. 43).

Desta forma, do ponto de vista do objetivo geral, o presente TCC, que busca a elaboração de um questionário estruturado capaz de identificar fatores associados à retenção escolar no Curso Superior de Bacharelado em Administração (CSBA) do Instituto Federal da Paraíba, Campus João Pessoa, pode ser caracterizado como uma pesquisa exploratória e descritiva. Uma pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema (explicitá-lo), permitindo o aprofundamento do conhecimento acerca de um fenômeno, possibilitando identificar variáveis relevantes para investigações futuras. Já uma pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as características de determinadas populações ou fenômenos; uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

No que se refere aos procedimentos técnicos, essa pesquisa pode ser classificada como bibliográfica já que é “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”; e documental pois “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico” (GIL, 2002, p. 44).

3.2 ETAPAS DA PESQUISA

O foco da pesquisa foi a elaboração de um instrumento (questionário) que permita identificar os principais fatores relacionados à retenção escolar no CSBA do IFPB, Campus João Pessoa, possibilitando a compreensão do perfil dos estudantes e subsidiando políticas institucionais de apoio, permanência e inclusão. Assim, o primeiro passo foi um levantamento bibliográfico envolvendo questões relacionadas a políticas públicas, ao curso em questão e a retenção escolar no ensino superior, com ênfase em cursos de Administração e em instituições públicas de ensino técnico e tecnológico. Foram consideradas publicações, coletadas no *Google Scholar*, que abordaram fatores que contribuem para a retenção e evasão de estudantes e modelos e instrumentos já utilizados em estudos similares.

O segundo passo foi a construção do instrumento (Ver Apêndice 01). As perguntas foram elaboradas a partir das adaptações feitas ao questionário utilizado por Braga et al (2018) e Brasil (2014) com o “Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC).

Assim, o instrumento foi dividido em 03 grupos de perguntas, a saber: (i) informações socioeconômicas; (ii) informações sobre a escolha pelo Curso Superior de Bacharelado em Administração do IFPB, Campus João Pessoa; e (iii) informações sobre os possíveis motivos pelos quais os discentes ficam retidos (“reprovados”) em alguma disciplina do CSBA do IFPB.

4 RESULTADOS

A presente pesquisa teve por objetivo elaborar um questionário que sirva de instrumento para a identificação de possíveis causas da retenção escolar no Curso Superior de Bacharelado em Administração do IFPB. Neste contexto, este capítulo busca apresentar os resultados encontrados, ou seja, elencar os possíveis questionamentos que respondem ao objetivo da pesquisa.

4.1 ETAPAS DA PESQUISA

Conforme descrito no Capítulo 3, o questionário² foi dividido em 03 grupos de perguntas, onde o primeiro mostra as informações socioeconômicas, conforme descrito abaixo.

- Gênero (para compreender a distribuição de gênero dos participantes)
Data de nascimento (para conhecer a faixa etária dos respondentes)
- Estado civil (para relacionar o estado civil ao contexto socioeconômico)
- Renda individual (para identificar o nível socioeconômico dos indivíduos e suas famílias)
- Renda familiar (para identificar o nível socioeconômico dos indivíduos e suas famílias)
- Cidade e bairro da residência (para compreender a localização geográfica dos respondentes)
- Quantidade de pessoas morando na mesma residência (para revelar o tamanho do núcleo familiar ou domiciliar)
- Escolaridade dos pais (para identificar o capital educacional da família e correlacionar com a retenção)
- Ano de conclusão do ensino médio (para verificar o tempo decorrido entre a conclusão do ensino médio e o ingresso no ensino superior)
- Tipo de escola/área de conclusão do ensino médio (para diferenciar a formação básica recebida pelos estudantes)
- Adaptação ao CSBA do IFPB (para avaliar o nível de adaptação dos alunos ao curso de Bacharelado em Administração do IFPB)

Com estes questionamentos espera-se que seja possível a captação de dados que permitam traçar o perfil social, econômico, educacional e cultural dos respondentes. Para uma

²O questionário completo está no Apêndice 01.

melhor explanação da importância das variáveis socioeconômicas, o Quadro 01 revela a expectativa de cada um desses questionamentos.

Quadro 01 – Variáveis socioeconômicas

Variável	Expectativa
1.1 Gênero	Potenciais desigualdades ou predominâncias de um gênero no grupo analisado, que podem interferir no acesso a oportunidades educacionais ou profissionais.
1.2 Data de nascimento	O perfil etário pode indicar maturidade, experiência de vida, fase de carreira ou momento educacional dos indivíduos.
1.3 Estado civil	Possíveis influências do estado civil na renda, estabilidade familiar, tempo disponível para estudos e trabalho.
1.4 Renda individual (R\$)	Níveis de vulnerabilidade social ou capacidade de investimento em educação, cultura e lazer, além de Possíveis carências de políticas públicas.
1.5 Renda familiar (Considerando todas as pessoas que residem no domicílio e que recebem renda)	
1.6 Cidade e bairro de residência	Diferenças regionais que podem impactar o acesso a serviços públicos, infraestrutura, transporte e oportunidades.
1.7 Quantidade de pessoas na residência	Pode refletir sobre densidade domiciliar, qualidade de vida, necessidade de espaço, ou dependência econômica de outros membros da família.
1.8 Escolaridade da mãe (considerando apenas o maior nível concluído)	Forte indicador de impacto no desempenho educacional dos filhos, motivação para os estudos e expectativas acadêmicas.
1.9 Escolaridade do pai (considerando apenas o maior nível concluído)	
1.10 Ano de conclusão do Ensino médio	Se há continuidade nos estudos ou interrupções, que podem ter sido causadas por necessidade de trabalho ou outras circunstâncias.
1.11 Qual o tipo de escola / área de conclusão do ensino médio	Possíveis disparidades na preparação para o ensino superior dependendo do tipo de escola (pública, privada, técnica), o que impacta no desempenho acadêmico inicial.
1.12 Adaptação ao início do Curso de Bacharelado em Administração do IFPB	Dificuldades de integração, aceitação do curso, barreiras institucionais ou pessoais enfrentadas pelos alunos no início da graduação.

Fonte: Elaboração própria

Em síntese, os questionamentos socioeconômicos buscam traçar o perfil socioeconômico dos estudantes do CSBA e, com este resultado, contribuir para que a gestão da instituição possa atuar em políticas de permanência direcionadas para melhorar os indicadores de retenção.

4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ESCOLHA PELO CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO DO IFPB, CAMPUS JOÃO PESSOA

O Segundo grupo de perguntas traz questionamentos sobre possíveis motivações que levaram o(a) estudante a escolher o Curso Superior de Bacharelado em Administração (CSBA) do IFPB – Campus João Pessoa; além disso, buscou-se captar situações pregressas e possíveis dificuldades durante os estudos que podem está influenciando no rendimento acadêmico, conforme sinalizado a seguir.

- Conhecimentos adquiridos no ensino médio e formação acadêmica previa (para verificar se os conteúdos do ensino médio foram suficientes para o início do curso superior e se o discente já possui formação superior)
- Participação em Projetos Acadêmicos (para identificar o engajamento do discente nas atividades complementares do curso)
- Exercício de atividade profissional durante o curso (para entender a relação trabalho-estudo)
- Escolha pelo CSBA e pelo IFPB (para investigar a motivação pela escolha do curso e avaliar se a imagem institucional do IFPB foi fator contributivo)

Com a coleta de informações referente as motivações que levaram o discente a escolher o CSBA do IFPB espera-se que seja possível identificar a trajetória acadêmica, profissional e motivacional dos estudantes. Para um bom entendimento sobre a importância destes questionamentos o Quadro 02 revela a expectativa de cada uma dessas variáveis.

Quadro 02– Expectativa sobre a escolha pelo CSBA do IFPB

Variável	Expectativa
2.1 Quando iniciou o primeiro semestre letivo do Curso Superior de Bacharelado em Administração do IFPB, os conhecimentos adquiridos no ensino médio foram suficientes para acompanhar o curso?	Possíveis lacunas formativas que possam dificultar o acompanhamento inicial do curso
2.2 Você já tem formação de nível superior?	Vivências acadêmicas anteriores e suas contribuições para as expectativas sobre o curso
2.3 Você participa/participou de algum projeto acadêmico de ensino e/ou pesquisa e/ou extensão?	Se o envolvimento do estudantes nas atividades complementares contribui para a melhor integração e aproveitamento acadêmico
2.4 Exercer alguma atividades profissional?	Possíveis dificuldades de adaptação e tempo para conciliar as duas rotinas (trabalho e estudo)
2.5 Em que ano/semestre letivo você ingressou no Curso de Bacharelado em Administração do IFPB.	Para identificar o tempo de permanência do estudante no curso

2.6 Você considera que fez uma boa escolha ao ingressar no Curso Superior de Bacharelado em Administração?	Se a imagem institucional contribuiu para escolha do CSBA e a aderência do curso às expectativas dos estudantes
2.7 Qual o principal motivo da sua escolha pelo Curso Superior de Bacharelado em Administração?	
2.8 Qual o principal motivo da sua escolha pelo IFPB?	
2.9 Você considera importante a obtenção de um diploma de curso superior pelo IFPB?	
2.10 Se você tivesse que escolher novamente, escolheria o IFPB porque os serviços prestados atendem às expectativas?	

Fonte: Elaboração própria

De maneira simplista, esse conjunto das perguntas busca traçar um perfil detalhado dos discentes, subsidiando ações de melhoria curricular, políticas de permanência e ações de suporte pedagógico e institucional.

4.3 INFORMAÇÕES SOBRE OS POSSÍVEIS MOTIVOS PELOS QUAIS OS DISCENTES FICAM RETIDOS (“REPROVADOS”) EM ALGUMA DISCIPLINA DO CSBA DO IFPB

Com o terceiro e último bloco de perguntas buscou-se compreender os fatores que influenciam a retenção escolar no CSBA do IFPB. Esses questionamentos fundamentam-se no “Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”, da SETEC/MEC que organiza os fatores promotores da retenção e evasão escolar em três categorias de análise, a serem adaptadas às especificidades da contemporaneidade e das próprias instituições de ensino da Rede Federal, a saber:

- a) fatores individuais;
- b) fatores internos à instituição; e
- c) fatores externos à instituição.

Inicialmente será perguntado ao estudante sobre as disciplinas que tiveram mais dificuldades e se houve a necessidade de refazer alguma disciplina. Com esses dois questionamentos espera-se que seja possível identificar quais disciplinas precisaram ser cursadas mais de uma vez e aquelas que requerem revisão metodológica, didática ou mesmo apoio adicional ao discente. Em seguida, será questionado, segundo a percepção do respondente, sobre os possíveis fatores externos à instituição poderiam contribuir para a retenção, conforme descrito no Quadro 03.

Quadro 03 – Fatores externos

Variável	Expectativa
3.1.1 Alteração do calendário acadêmico por motivos econômicos e/ou climáticos	Se interrupções dessa natureza desmotivam ou geram prejuízo na aprendizagem.
3.1.2 Alteração do calendário acadêmico por motivo de Greve	A tolerância e capacidade de adaptação a períodos de paralisação, além do impacto de greves na decisão de permanecer ou não no curso.
3.1.3 Dificuldade de transporte para o endereço da instituição	Barreiras logísticas que podem inviabilizar a continuidade dos estudos.
3.1.4 Distância entre a instituição de ensino e a residência	Se os custos adicionais de tempo e dinheiro, afetando a motivação e a assiduidade.
3.1.5 Necessidade de cuidar do filho no horário do curso	Impacto da conciliação entre estudo e responsabilidades familiares.
3.1.6 Vulnerabilidade social, cultural e econômica	Vulnerabilidade afetam diretamente a capacidade de permanecer estudando, seja por falta de recursos ou por pouca rede de apoio.
3.1.7 Alteração do calendário acadêmico por motivos da pandemia da Covid 19	Impacto de emergências sanitárias no comprometimento do vínculo estudantil.

Fonte: Elaboração própria

Com esse conjunto de questionamentos espera-se que seja possível fazer um mapeamento dos fatores externos à instituição que possam interferir na permanência do aluno na instituição.

Os fatores individuais estão relacionados à aspecto individual do estudante. Entretanto, com esse mapeamento, espera-se que seja possível indicar ações que a instituição pode está realizando para mitiga-la. O Quadro 04 apresenta os questionamentos propostos.

Quadro 04 – Fatores individuais

Variável	Expectativa
3.2.1 Falta de apoio dos AMIGOS	O suporte da rede de amizade para manter o estudante motivado.
3.2.2 Falta de apoio dos FAMILIARES	Se o suporte familiar contribui para a retenção.
3.2.3 Dificuldade de adequação à rotina escolar	Barreiras de adaptação
3.2.4 Dificuldade de participar de atividades escolares em função da religião	Necessidade de flexibilizar atividades para atender a diversidade religiosa.
3.2.5 Dificuldade de participar de atividades escolares em função de outro(s) curso(s)	O impacto da duplicidade de estudos.
3.2.6 Dificuldades de adaptação à vida acadêmica	Problemas na integração ao ambiente escolar.
3.2.7 Falta de tempo para estudar fora do horário de aulas	O quanto o estudante consegue se organizar para complementar a aprendizagem.
3.2.8 Falta de tempo para participar de atividades de monitoria	Barreiras de tempo que impedem atividades de apoio.
3.2.9 Dificuldade de acompanhamento do curso devido ao longo tempo de	Se o tempo fora da escola gerou defasagens.

afastamento do sistema formal de ensino	
3.2.10 Dificuldade em conciliar estudo e trabalho	Conciliação entre desempenho e permanência.
3.2.11 Mudança de turno de trabalho	Influência das relações de trabalho na retenção.
3.2.12 Desinteresse pelo curso	Se a escolha do curso foi adequada ao perfil e expectativas do estudante.
3.2.13 Falta de motivação	A necessidade de estratégias motivacionais.
3.2.14 Imaturidade própria da idade	Se estudantes mais jovens tem dificuldades de organização e comprometimento com responsabilidades acadêmica.
3.2.15 Problemas pessoais e familiares	Conflitos ou situações críticas na família interferem na permanência.
3.2.16 Problema de saúde	Se condições de saúde podem limitar a frequência e o rendimento.
3.2.17 Problemas psicológicos	Afetam concentração, motivação e capacidade de concluir tarefas.
3.2.18 Dificuldade de adequação ao ensino remoto durante a pandemia da Covid 19	Barreiras de adaptação tecnológica e pedagógica.
3.2.19 Falta de infraestrutura adequada para o ensino remoto durante a pandemia da Covid 19	Estrutura doméstica inadequada compromete o processo de ensino-aprendizagem.
3.2.20 Problema financeiro ocasionado pela pandemia da Covid 19	Se as condições socioeconômicas agravadas pela pandemia influenciaram na retenção.

Fonte: Elaboração própria

Os fatores internos à instituição indicam aspectos institucionais que desmotivam e conduzem o estudante a retenção, e, por isso, devem ser aprimorados, tais como metodologia de ensino, infraestrutura, relacionamento com docentes e gestão administrativa. O Quadro 05 apresenta os questionamentos propostos.

Quadro 05 – Fatores internos

Variável	Expectativa
3.3.1 Sistema de avaliação inapropriado	Se avaliações geram desânimo ou sensação de injustiça.
3.3.2 Falta de relacionamento pessoal com os colegas	Ausência de vínculos sociais prejudica a integração e a sensação de pertencimento.
3.3.3 Falta de domínio dos conteúdos pela equipe docente	Necessidades de capacitação docente.
3.3.4 Dificuldade de comunicação com a secretaria do curso e demais áreas administrativas	Processos burocráticos filhos podem desmotivar.
3.3.5 Dificuldade de comunicação (acesso) com os professores	Estudantes que não conseguem acessar orientação docente podem se sentir “perdidos”.
3.3.6 Falta de relação entre a teoria e as práticas profissionais das aulas ministradas	Necessidade de atualização curricular e metodológica.
3.3.7 Complexidade dos conteúdos abordados nas disciplinas	Necessidade de nivelamento e apoio pedagógico.
3.3.8 Excesso de disciplinas por período letivo	Ajustes necessários na matriz curricular.

3.3.9 Exigência de pré-requisitos para algumas disciplinas	Impactos de travas curriculares na retenção.
3.3.10 Falta de incentive financeiro que auxilie a manutenção do estudante	Necessidade de políticas de assistência estudantil.
3.3.11 Dificuldades na realização de estágio	Problemas na articulação entre curso e mercado.
3.3.12 Falta de acompanhamento e apoio pedagógico	Limitações no acompanhamento individualizado.
3.3.13 Falta de assiduidade dos docentes	Problemas de gestão docente que afetam a formação.
3.3.14 Falta de docentes em algumas disciplinas	Impactos da carência de professores na retenção.
3.3.15 Excesso de estudantes nas salas/turmas	Relação entre número de estudantes e qualidade do ensino.
3.3.16 Falta de infraestrutura adequada	Demandas de investimentos em infraestrutura.
3.3.17 Falta de acervo bibliográfico	Falhas no apoio ao estudo autônomo.
3.3.18 Inadequação da metodologia de avaliação da maioria das disciplinas	Necessidade de revisar práticas avaliativas.
3.3.19 Excesso de avaliações	O peso da avaliação no equilíbrio entre rendimento e saúde mental.
3.3.20 Excesso de cobrança dos professores	Demandas de ajuste no ritmo e exigências do curso.
3.3.21 Falta de atividades de recuperação paralela	Necessidade de estratégias de reforço e nivelamento.
3.3.22 Inadequação da metodologia de ensino ao perfil dos estudantes	O quanto a prática docente está alinhada ao público-alvo do curso.

Fonte: Elaboração própria

Para captar os possíveis motivos pelos quais os discentes ficam retidos em alguma disciplina do CSBA do IFPB, optou-se pela utilização de enunciados baseados na escala tipo Likert³, a qual é amplamente empregada em estudos de caráter social e educacional por permitir mensurar percepções, atitudes e opiniões. A formulação das alternativas — “*Esse fator NÃO influencia a retenção*”, “*Esse fator influencia POUCO a retenção escolar*”, “*Esse fator influencia MUITO a retenção escolar*” e “*Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar*” — foi pensada para captar, em uma escala ordinal de intensidade, o grau de influência que o respondente atribui a cada fator investigado, no caso desta pesquisa, a influência dos questionamentos propostos em relação a retenção escolar no Curso Superior de Bacharelado em Administração do IFPB.

Para finalizar, de forma opcional, perguntar sobre as possíveis causas para a retenção e sugestões sobre o que poderia ser feito para diminuir a retenção no CSBA do IFPB. Esses últimos questionamentos têm por objetivo identificar fatores adicionais, não previstos nos itens anteriores e sugestões vindas do público-alvo.

³ <https://www.blog.psicometriaonline.com.br/entenda-o-que-e-escala-likert/>

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente TCC teve como objetivo elaborar um questionário estruturado capaz de identificar os principais fatores que contribuem para a retenção de estudantes no Curso Superior de Bacharelado em Administração do Instituto Federal da Paraíba, Campus João Pessoa, com vistas a subsidiar ações voltadas à permanência estudantil. A pesquisa partiu da compreensão de que a evasão e a retenção configuram desafios persistentes no ensino superior público brasileiro, impactando diretamente a eficiência, a equidade e a função social das instituições de ensino. O instrumento proposto, estruturado em três blocos de questões (informações socioeconômicas, motivações para a escolha do curso e do IFPB, e fatores relacionados à retenção), buscou contemplar aspectos variados que podem interferir na permanência dos estudantes, incluindo elementos de ordem pessoal, social, pedagógica e institucional.

Cabe aqui registrar o reconhecimento de que o presente TCC possui limitações, uma vez que o mesmo se concentrou na elaboração do instrumento, não incluindo assim, a aplicação efetiva do questionário tampouco a análise dos dados coletados, o que poderá ser realizado em pesquisas futuras. Nesta etapa da defesa pública do TCC entende-se que a versão preliminar no questionário está sendo submetida a um processo de “validação de conteúdo” por especialistas (professores que compõe a banca de defesa que avaliaram o questionário de maneira crítica), contribuindo assim para a validação do instrumento. Além destes, recomenda-se que o instrumento também seja validado por outros docentes e pesquisadores da área de educação e administração, aplicando assim o método de “validação por juízes” para avaliar a clareza, relevância e pertinência das questões.

Recomenda-se, também, que novos estudos utilizem o instrumento desenvolvido, após o cumprimento de algumas etapas, a saber: aplicação de um teste piloto para verificar a compreensão das questões e a consistência do instrumento (e fazer ajustes, se for o caso); elaboração do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e submissão do questionário Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), para garantir o anonimato e a confidencialidade das informações dos participantes.

Como contribuição prática, o questionário elaborado poderá ser utilizado como ferramenta diagnóstica pela gestão do CSBA e pela instituição, servindo de subsídio para políticas e estratégias de apoio pedagógico, social e psicológico, além de orientar possíveis adequações curriculares e administrativas. Dessa forma, espera-se que a implementação do instrumento possibilite maior efetividade nas ações de combate à retenção e promova o fortalecimento da qualidade do ensino ofertado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADACHI, Ana Amelia Chaves Teixeira. **Evasão e evadidos nos cursos de graduação da UFMG**. 2009. 214f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belo Horizonte, MG. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/HJPB-7UPMBA>>. Acesso em 22 fev. 2019.

ALVES, Cecília Pescatore; COBRA, Cristiane Moreira. **Políticas Públicas de Educação no Brasil: possibilidades de emancipação?** Revista Gestão & Políticas Públicas, 3(1), 132-151, 2013. Disponível em <<https://revistas.usp.br/rgpp/article/view/97890>>. Acesso em 22 jun. 2025.

BELLO, J. M. História da educação no Brasil: legislação e políticas públicas. 2001. Disponível em <https://www.academia.edu/12780068/Educa%C3%A7%C3%A3o_no_Brasil_a_Hist%C3%B3ria_das_Rupturas>. Acesso em 05 mar. 2019.

BRAGA, Luis Felipe Hortenzi Vilela ; SANTOS, Neusa Maria dos Santos Bastos Fernandes; TOLEDO, José Carlos; GONZALES, JhonFrankyBernedo. Fatores de influência na retenção discente: um estudo com alunos de graduação em Ciências Contábeis. **REPeC**. Brasília, v. 12, n. 3, jul./set. 2018. Disponível em: <<http://www.repec.org.br/repec/article/view/1778>>. Acesso em 06 mar. 2019.

BRASIL. Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007. **Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica**. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm>. Acesso em: 06 mar. 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. **Cria nas capitais dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito**. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1909. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 09 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras**. Brasília: ANDIFES/ABRUEM/SESU/MEC. 1996. Disponível em <https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas1996.pdf>. Acesso em 25 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Portaria SETEC/MEC nº 39/2013**, de 22 de novembro de 2013. Institui Grupo de Trabalho sobre evasão, retenção e conclusão. Brasília, DF: 22 de novembro de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. [S.l.], 2014, 52 f. Disponível em: <<https://www.ifpb.edu.br/pre/assuntos/documentos-normativos/arquivos/documento-orientador-evasao-setec.pdf>>. Acesso em 01 mar. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. **Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial**. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1942. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 09 out. 2024

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Plataforma Nilo Peçanha**. Brasília, DF. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVILWJjNzYtZWQwYjI2OThhYWw1IiwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVhYi1iYjU4LTgyYjJhMTUzNDBmZiJ9>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

DIAS, Reinaldo . **Políticas públicas: uma introdução**. São Paulo: Atlas, 2017.

FIALHO, Marillia Gabriella Duarte; PRESTES, Emília Maria da Trindade. **Evasão na educação superior e gestão institucional: o caso da Universidade Federal da Paraíba**. Ensaio: aval.pol.públ.Educ., Rio de Janeiro, v. 26, n. 100, p. 869-889, Jul. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/3yg5dbpbt6SWdKtpVZ8mNsv/>. Acesso em: 09 out. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

IFPB. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração**. IFPB – João Pessoa, 2010. Disponível em: <<https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/40/documentos/ppcadministra%C3%A7%C3%A3o-2010-suap.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2025.

IFPB. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Resolução nº 39/2012, de 29 de março de 2012. **Dispõe sobre a aprovação de pedido de alteração do projeto pedagógico do Curso Superior de Bacharelado em Administração do Campus João Pessoa visando aditar as 80 (oitenta) vagas anuais atualmente ofertadas (turno integral) em mais 80 (oitenta) vagas anuais (turno noturno), totalizando 160 (cento e sessenta) vagas anuais**. João Pessoa, PB: Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, 2012.

IFPB. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Resolução nº 025/2005, de 21 de outubro de 2005. **Aprovar a Proposta de Implantação do Curso de Bacharelado em Administração, a partir 2º semestre do ano letivo de 2006**. João Pessoa, PB: Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, 2005.

IFPB. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Resolução nº 54/2010, de 19 de julho de 2010. **Complementa e altera a Resolução N° 025/2005-CD-CEFET-PB, de 21 de outubro de 2005, que aprova o Projeto de Implantação do Curso Superior de Bacharelado em Administração na Unidade Sede (atualmente Campus João Pessoa)**. João Pessoa, PB: Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, 2010.

IFPB. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014–2018**. João Pessoa: IFPB, 2014.

IFPB. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. **Projeto Pedagógico do curso de técnico em contabilidade integrado ao ensino médio**. João Pessoa, 2011.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2013**. Brasília: MEC/INEP, 2013.

MANCEBO Daise; VALE André Araujo; MARTINS Tania Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2015, vol.20, n.60, pp.31-50. ISSN 1413-2478.

MATIAS, Pereira. **Políticas públicas: teoria, prática e casos brasileiros**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MEDEIROS, Ligia. **A criança da favela e sua visão de mundo: uma contribuição para o repensar da escola**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

MEDEIROS, Francisco de Assis Araujo de; SILVA, Paula D Avila Batista da; COELHO, Kellen da Silva; GONÇALVES, Helen Silva; SOUZA, Andressa Sullamyta Pessoa de. Uma Reflexão sobre a atuação da coordenação na retenção de discentes: o caso do curso de administração do Campus I da Universidade Federal da Paraíba. **XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas**. Mar del Plata, Universidad Nacional de Mar Del Plata, 2013. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/113095>> Acesso em: 25 fev. 2019.

OLIVEIRA, Aldavan Soares. **As contribuições da gestão escolar na superação da retenção discente**: um estudo de caso no IFNMG/Campus Almenara no período letivo 2013/2014. 2016. 176f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Programa de Pós-Graduação em Educação, Diamantina, MG. Disponível em: <<http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/1326>> Acesso em: 22 fev. 2019.

PEREIRA, Alexandre Severino. **Retenção discente nos cursos de graduação presencial da UFES**. 2013. 166f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Vitória, ES. Disponível <<http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6302/1/Alexandre%20Severino%20Pereira.pdf>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2019.

POCHMANN, Marcio. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

POLYDORO, Soely Aparecida Jorge. **O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário**: condições de saída e de retorno a instituição. 2000. 175f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253539>>. Acesso em: 27 jul. 2019.

PONTES, Helena Nascimento Silva Alves. **História, Estratégias e Evolução da Unidade Acadêmica de Gestão e Negócios: uma análise no período de 2007 a 2016**. João Pessoa: IFPB, 2016.

RUA, Mariadas Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC [Brasília] CAPES: UAB, P. 14, 2009.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. 2ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional – MEC. 1976.

UFS. Universidade Federal de Sergipe. **Relatório de gestão 2015**. Aracaju: UFS, 2015. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/9077/2/Relatorio_de_Gestao_2015.pdf. Acesso em: 28 fev. 2019.

VASCONCELOS, Ana Lucia de Sousa. SILVA, Mario Nunes da. **Uma investigação sobre os fatores contribuintes na retenção dos alunos no curso de Ciências contábeis em uma IFES: Um desafio à gestão universitária**. RECONT. Maceió, Universidade Federal de Alagoas n. 3, v. 2, 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/registrocontabil/article/view/511/266>. Acesso em: 20 fev. 2019.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Política Educacional no Brasil: introdução histórica**. Brasília: Liber Livro, 2011.

APÊNDICE - QUESTIONÁRIO

1. INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

1.1 Gênero

Feminino Masculino Outro _____

1.2 Data de nascimento: ____/____/____

1.3 Qual o seu estado civil?

Solteiro Casado Viúvo União Estável Divorciado

1.4 Qual a sua renda (R\$)?

De R\$ 0,00 a R\$ 1.412,00 De R\$ 1.412,01 a R\$ 2.824,00 De R\$ 2.824,01 a R\$ 4.236,00
 De R\$ 4.236,01 a R\$ 5.648,00 De R\$ 5.648,01 a R\$ 7.060,00 De R\$ 7.060,01 a R\$ 8.472,00
 Acima de R\$ 8.472,00

1.5 Qual a renda da sua família (R\$)? (Considere todas as pessoas que residem no seu domicílio e que recebem renda)

De R\$ 0,00 a R\$ 1.412,00 De R\$ 1.412,01 a R\$ 2.824,00 De R\$ 2.824,01 a R\$ 4.236,00
 De R\$ 4.236,01 a R\$ 5.648,00 De R\$ 5.648,01 a R\$ 7.060,00 De R\$ 7.060,01 a R\$ 8.472,00
 Acima de R\$ 8.472,00

1.6 Qual cidade e bairro que você reside? _____/_____

1.7 Quantas pessoas moram na sua residência? _____

1.8 Qual o nível de escolaridade da sua mãe? (considere apenas o maior nível concluído)

Sem instrução formal Ensino Fundamental Completo (1º Grau Completo) Ensino Médio Completo (2º Grau Completo)
 Ensino Superior Completo Pós Graduada Não sei responder

1.9 Qual o nível de escolaridade do seu pai? (considere apenas o maior nível concluído)

Sem instrução formal Ensino Fundamental Completo (1º Grau Completo) Ensino Médio Completo (2º Grau Completo)
 Ensino Superior Completo Pós Graduação Não sei responder

1.10 Em que ano você concluiu o ensino médio?

Informe dia e mês como 01/01 e escolha o ano. ___/___/_____

1.11 Qual o tipo de escola / área que você concluiu o ensino médio?

- Escola pública na zona urbana Escola pública na zona rural Escola privada na zona urbana
 Escola privada na zona rural Escola técnica federal Outros...

1.12 Você conseguiu se adaptar bem ao início do Curso de Bacharelado em Administração do IFPB?

Concordo totalmente	Concordo	Não concordo, nem discordo	Discordo	Discordo Totalmente

2. INFORMAÇÕES SOBRE A ESCOLHA PELO CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO DO IFPB, CAMPUS JOÃO PESSOA

2.1 Quando iniciou o primeiro semestre letivo do Curso Superior de Bacharelado em Administração do IFPB, os conhecimentos adquiridos no ensino médio foram suficientes para acompanhar o curso?

Concordo totalmente	Concordo	Não concordo, nem discordo	Discordo	Discordo Totalmente

2.2 Você já tem formação de nível superior?

- Sim Não

2.2.1 Se sua resposta à pergunta anterior foi SIM, especifique abaixo sua formação superior anterior. _____

2.3 Você participa/participou de algum projeto acadêmico de ensino e/ou pesquisa e/ou extensão?

- Sim Não

2.3.1 Se sua resposta à pergunta anterior foi SIM, especifique abaixo o(s) projeto(s) que participou _____

2.4 Exercer alguma atividade profissional?

- Sim Não

2.4.1 Se sua resposta à pergunta anterior foi SIM, responda sobre sua atividade profissional ...

2.4.1.1 Qual a atividade profissional exercida?

- Estagiário ou menor aprendiz Funcionário Público Funcionário Privado

Autônomo/Profissional Liberal Empresário Outro: _____

2.4.1.2 No ambiente de trabalho seus COLEGAS te deram apoio para concluir o curso?

Concordo totalmente	Concordo	Não concordo, nem discordo	Discordo	Discordo Totalmente

*****Queremos entender sobre sua escolha pelo Curso Superior de Bacharelado em Administração do IFPB, Campus João Pessoa*****

2.5 Em que ano/semestre letivo você ingressou no Curso de Bacharelado em Administração do IFPB. Exemplo: 2018.1. _____

2.6 Você considera que fez uma boa escolha ao ingressar no Curso Superior de Bacharelado em Administração?

Concordo totalmente	Concordo	Não concordo, nem discordo	Discordo	Discordo Totalmente

2.7 Qual o principal motivo da sua escolha pelo Curso Superior de Bacharelado em Administração?

- Melhoria salarial Demanda pela profissão (falta de profissionais na área)
 Interesse Pessoal pela área Falta de oferta de outro curso, à época da minha escolha
 Influência Familiar ou Social

2.8 Qual o principal motivo da sua escolha pelo IFPB?

- Prestígio do IFPB Alto nível da qualidade de ensino oferecido pelo IFPB Gratuidade do curso

2.9 Você considera importante a obtenção de um diploma de curso superior pelo IFPB?

Concordo totalmente	Concordo	Não concordo, nem discordo	Discordo	Discordo Totalmente

2.10 Se você tivesse que escolher novamente, escolheria o IFPB porque os serviços prestados atendem às expectativas (professores dão boas aulas; atendem aos alunos com atenção; explicam o assunto; salas são adequadas; os funcionários são prestativos)?

Concordo totalmente	Concordo	Não concordo, nem discordo	Discordo	Discordo Totalmente

3. INFORMAÇÃO SOBRE OS POSSÍVEIS MOTIVOS PELOS QUAIS OS DISCENTES FICAM RETIDOS ("REPROVADOS") EM ALGUMA DISCIPLINA NO CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO DO IFPB

3.1 Qual(is) disciplina(s) do curso você encontrou maior(es) dificuldade(s)?

<input type="checkbox"/> Não tive dificuldades em nenhuma disciplina	<input type="checkbox"/> P4-Adm de Recursos Materiais e Patrimoniais
<input type="checkbox"/> P1-Matemática I	<input type="checkbox"/> P4-Administração de Marketing
<input type="checkbox"/> P1-Matemática Financeira	<input type="checkbox"/> P4-Práticas de Pesquisa em Administração de Pessoas
<input type="checkbox"/> P1-Fundamentos de Administração	<input type="checkbox"/> P4-Administração de Produção
<input type="checkbox"/> P1-Filosofia e Ética Profissional	<input type="checkbox"/> P4-Introdução ao Direito Público e Privado
<input type="checkbox"/> P1-Sociologia Aplicada	<input type="checkbox"/> P4-Métodos e Técnicas de Pesquisa
<input type="checkbox"/> P1-Comunicação Organizacional	<input type="checkbox"/> P5-Contabilidade Gerencial
<input type="checkbox"/> P1-Informática Básica	<input type="checkbox"/> P5-Administração de Sistemas de Informação
<input type="checkbox"/> P2-Psicologia Aplicada à Administração	<input type="checkbox"/> P5-Práticas de Pesquisa em Administração da Produção
<input type="checkbox"/> P2-Economia e Mercado	<input type="checkbox"/> P5-Práticas de Pesquisa em Administração de Marketing
<input type="checkbox"/> P2-Matemática II	<input type="checkbox"/> P5-Administração Financeira e Orçamentária
<input type="checkbox"/> P2-Estatística Básica	<input type="checkbox"/> P5-Legislação Social
<input type="checkbox"/> P2-Inglês Para Negócios	<input type="checkbox"/> P6-Gestão da Saúde e Segurança do Trabalho
<input type="checkbox"/> P2-Saúde e Trabalho	<input type="checkbox"/> P6-Práticas de Pesquisa em Recursos Materiais e Patrimoniais
<input type="checkbox"/> P2-Teoria das Organizações	<input type="checkbox"/> P6-Desenvolvimento Organizacional
<input type="checkbox"/> P3-Estatística Aplicada à Administração	<input type="checkbox"/> P6-Práticas de Pesquisa em Administração Financeira e Orçamentária

<input type="checkbox"/> P3-Contabilidade Geral	<input type="checkbox"/> P6-Gestão da Qualidade
<input type="checkbox"/> P3-Administração de Pessoas	<input type="checkbox"/> P6-Pesquisa Operacional
<input type="checkbox"/> P3-Gestão Ambiental	<input type="checkbox"/> P7-Políticas Públicas
<input type="checkbox"/> P3-Estratégia Organizacional	<input type="checkbox"/> P7-Práticas de Pesquisa em Administração de Sistemas de Informação
<input type="checkbox"/> P3-Organização, Sistemas e Métodos	<input type="checkbox"/> P7-Gestão de Projetos
<input type="checkbox"/> P3-Economia Brasileira	<input type="checkbox"/> P7-Formação de Empreendedores

3.2 Você precisou refazer alguma disciplina no Curso Superior de Bacharelado em Administração do IFPB?

Sim Não

3.2.1 Se sua resposta à pergunta anterior foi SIM, qual (is) disciplina(s) você precisou repetir, ou seja, precisou cursar mais que uma vez?

<input type="checkbox"/> Não tive dificuldades em nenhuma disciplina	<input type="checkbox"/> P4-Adm de Recursos Materiais e Patrimoniais
<input type="checkbox"/> P1-Matemática I	<input type="checkbox"/> P4-Administração de Marketing
<input type="checkbox"/> P1-Matemática Financeira	<input type="checkbox"/> P4-Práticas de Pesquisa em Administração de Pessoas
<input type="checkbox"/> P1-Fundamentos de Administração	<input type="checkbox"/> P4-Administração de Produção
<input type="checkbox"/> P1-Filosofia e Ética Profissional	<input type="checkbox"/> P4-Introdução ao Direito Público e Privado
<input type="checkbox"/> P1-Sociologia Aplicada	<input type="checkbox"/> P4-Métodos e Técnicas de Pesquisa
<input type="checkbox"/> P1-Comunicação Organizacional	<input type="checkbox"/> P5-Contabilidade Gerencial
<input type="checkbox"/> P1-Informática Básica	<input type="checkbox"/> P5-Administração de Sistemas de Informação
<input type="checkbox"/> P2-Psicologia Aplicada à Administração	<input type="checkbox"/> P5-Práticas de Pesquisa em Administração da Produção
<input type="checkbox"/> P2-Economia e Mercado	<input type="checkbox"/> P5-Práticas de Pesquisa em Administração de Marketing

<input type="checkbox"/> P2-Matemática II	<input type="checkbox"/> P5-Administração Financeira e Orçamentária
<input type="checkbox"/> P2-Estatística Básica	<input type="checkbox"/> P5-Legislação Social
<input type="checkbox"/> P2-Inglês Para Negócios	<input type="checkbox"/> P6-Gestão da Saúde e Segurança do Trabalho
<input type="checkbox"/> P2-Saúde e Trabalho	<input type="checkbox"/> P6-Práticas de Pesquisa em Recursos Materiais e Patrimoniais
<input type="checkbox"/> P2-Teoria das Organizações	<input type="checkbox"/> P6-Desenvolvimento Organizacional
<input type="checkbox"/> P3-Estatística Aplicada à Administração	<input type="checkbox"/> P6-Práticas de Pesquisa em Administração Financeira e Orçamentária
<input type="checkbox"/> P3-Contabilidade Geral	<input type="checkbox"/> P6-Gestão da Qualidade
<input type="checkbox"/> P3-Administração de Pessoas	<input type="checkbox"/> P6-Pesquisa Operacional
<input type="checkbox"/> P3-Gestão Ambiental	<input type="checkbox"/> P7-Políticas Públicas
<input type="checkbox"/> P3-Estratégia Organizacional	<input type="checkbox"/> P7-Práticas de Pesquisa em Administração de Sistemas de Informação
<input type="checkbox"/> P3-Organização, Sistemas e Métodos	<input type="checkbox"/> P7-Gestão de Projetos
<input type="checkbox"/> P3-Economia Brasileira	<input type="checkbox"/> P7-Formação de Empreendedores

3.3 possíveis fatores (motivos) pelos quais os discentes ficam retidos ("reprovados") em alguma disciplina no Curso Superior de Bacharelado em Administração do IFPB

Para este questionamento, responda levando em consideração sua percepção sobre os possíveis fatores (motivos) pelos quais os discentes ficam retidos ("reprovados") em alguma disciplina no Curso Superior de Bacharelado em Administração do IFPB

3.3.1 – Fatores externos

3.3.1.1 Alteração do calendário acadêmico por motivos econômicos e/ou climáticos

Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
--------------------------------------	--	--	---

3.3.1.2 Alteração do calendário acadêmico por motivo de Greve

Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
--------------------------------------	--	--	---

3.3.1.3 Dificuldade de transporte para o endereço da instituição (Campus João Pessoa, no bairro Jaguaribe)

Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
--------------------------------------	--	--	---

3.3.1.4 Distância entre a instituição de ensino e a residência

Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
--------------------------------------	--	--	---

3.3.1.5 Necessidade de cuidar do filho no horário do curso

Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
--------------------------------------	--	--	---

3.3.1.6 Vulnerabilidade social, cultural e econômica do estudante

Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
--------------------------------------	--	--	---

3.3.1.7 Alteração do calendário acadêmico por motivos da pandemia da Covid 19

Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.2 – Fatores Individuais			
3.3.2.1 Falta de apoio dos AMIGOS para concluir o curso			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.3.2 Falta de apoio dos FAMILIARES para concluir o curso			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.2.3 Dificuldade de adequação à rotina escolar			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.2.4 Dificuldade de participar de atividades escolares em função da religião			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.2.5 Dificuldade em conciliar os estudos com outro(s) curso(s)			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.2.6 Dificuldades de adaptação à vida acadêmica			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.2.7 Falta de tempo para estudar fora do horário de aulas			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar

3.3.2.8 Falta de tempo para participar de atividades de monitoria			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.2.9 Dificuldade de acompanhamento do curso devido ao longo tempo de afastamento do sistema formal de ensino			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.2.10 Dificuldade em conciliar estudo e trabalho			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.2.11 Mudança de turno de trabalho			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.2.12 Desinteresse pelo curso			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.2.13 Falta de motivação			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.2.14 Imaturidade própria da idade			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.2.15 Problemas pessoais e familiares			

Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.2.16 Problema de saúde			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.2.17 Problemas psicológicos			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.2.18 Dificuldade de adequação ao ensino remoto durante a pandemia da Covid 19			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.2.19 Falta de infraestrutura adequada para o ensino remoto durante a pandemia da Covid 19 (internet, espaço físico em casa, equipamentos, entre outros)			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.2.20 Problema financeiro ocasionado pela pandemia da Covid 19			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.3 – Fatores Internos			
3.3.3.1 O sistema de avaliação inapropriado para o curso			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.3.2 Falta de relacionamento pessoal com os colegas do curso			

Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.3.3 Falta de domínio dos conteúdos pela equipe docente			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.3.4 Dificuldade de comunicação com a secretaria do curso e demais áreas administrativas.			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.3.5 Dificuldade de comunicação (acesso) com os professores.			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.3.6 Falta de relação entre a teoria e as práticas profissionais das aulas ministradas.			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.3.7 Complexidade dos conteúdos abordados nas disciplinas			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.3.8 Excesso de disciplinas por período letivo			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.3.9 Exigência de pré-requisitos para algumas disciplinas			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar

3.3.3.10 Falta de incentivo financeiro que auxilie a manutenção do estudante			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.3.11 Dificuldades na realização de estágio			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.3.12 Falta de acompanhamento e apoio pedagógico			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.3.13 Falta de assiduidade dos docentes			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.3.14 Falta de docentes em algumas disciplinas			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.3.15 Excesso de estudantes nas salas/turmas			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.3.16 Falta de infraestrutura adequada (salas, equipamentos, recursos pedagógicos, entre outros) para a aprendizagem			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.3.17 Falta de acervo bibliográfico			

Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.3.18 Inadequação da metodologia de avaliação da maioria das disciplinas			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.3.19 Excesso de avaliações			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.3.20 Excesso de cobrança dos professores			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.3.21 Falta de atividades de recuperação paralela			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
3.3.3.22 Inadequação da metodologia de ensino ao perfil dos estudantes			
Esse fator NÃO influencia a retenção	Esse fator influencia POUCO a retenção escolar	Esse fator influencia MUITO a retenção escolar	Esse fator é EXTREMAMENTE importante para explicar a retenção escolar
<p>Questionamentos com respostas opcionais</p> <p>* Se você achar importante, escreva aqui, de forma livre, sua percepção sobre as possíveis causas para a retenção no Curso Superior de Bacharelado em Administração do IFPB.</p> <hr/> <p>** Também queremos saber: o que poderia ser feito para diminuir a retenção no Curso Superior de Bacharelado em Administração do IFPB?</p> <hr/>			

	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
	Campus João Pessoa - Código INEP: 25096850
	Av. Primeiro de Maio, 720, Jaguaribe, CEP 58015-435, João Pessoa (PB)
	CNPJ: 10.783.898/0002-56 - Telefone: (83) 3612.1200

Documento Digitalizado Ostensivo (Público)

Entrega TCC 2025

Assunto:	Entrega TCC 2025
Assinado por:	Gladson Souza
Tipo do Documento:	Termo
Situação:	Finalizado
Nível de Acesso:	Ostensivo (Público)
Tipo do Conferência:	Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Gladson da Silva de Souza, ALUNO (20131460727) DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO - JOÃO PESSOA**, em 19/08/2025 08:28:27.

Este documento foi armazenado no SUAP em 19/08/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1578248

Código de Autenticação: 9b665271bb

